

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 402
DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S)	: REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: EDUARDO MENDONÇA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB
ADV.(A/S)	: MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS
AM. CURIAE.	: PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN
AM. CURIAE.	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP
AM. CURIAE.	: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB
ADV.(A/S)	: CARLOS BASTIDE HORBACH E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SOLIDARIEDADE - SDD
AM. CURIAE.	: PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO
DE PRECEITO FUNDAMENTAL –
MEDIDA ACAUTELADORA –
ACÓRDÃO – REDAÇÃO –
PRESIDÊNCIA.**

1. Observem o curso desta arguição de descumprimento de preceito fundamental. Em 7 de dezembro de 2016, o Pleno, por maioria, implementou, parcialmente, a medida acauteladora. Na oportunidade, fiquei vencido, na companhia dos ministros Edson Fachin e Rosa Weber. O acórdão não foi redigido, ausente indicação do ministro redator. O quadro atrai a incidência dos parágrafos 3º e 4º do artigo 135 do Regimento Interno do Supremo, segundo os quais, “se o Relator for

ADPF 402 / DF

vencido, ficará designado o Revisor para redigir o acórdão” e, ante a inexistência de revisor, “designar-se-á para redigir o acórdão o Ministro que houver proferido o primeiro voto prevalecente”.

2. Considerado o quadro, remetam o processo à Presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia.

3. Publiquem.

Brasília, 16 de junho de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator